



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL



Inquérito Civil 1.29.000.000206/2010-46

Portaria IC-PR/RS 0000157/2010

Despacho

Cuidam os autos de Inquérito Civil instaurado em 05 de maio de 2010, encaminhado a este Núcleo pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (que igualmente enviou cópia do expediente ao Núcleo do Consumidor e da Ordem Econômica), onde se aponta possível prejuízo à Caixa Econômica Federal, ante o abandono, no município de Eldorado do Sul, de construção de conjunto habitacional - empreendimento que tem como entidade organizadora uma cooperativa à qual são atribuídos diversos problemas.

Diante do conteúdo do Procedimento Administrativo que inicialmente foi instruído na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, realizou-se reunião (fls. 167-8) no dia 29 de junho de 2010, onde compareceram os Srs. Adílson Chrisotam, Gerente Regional de Negócios Construção Civil da CEF e Gilson Geraldo Kegler, Supervisor da Gerência de Desenvolvimento Urbano da CEF em Porto Alegre. Esclareceram que a obra está paralisada desde 11.01.2010. Segundo o Sr. Adilson, a obra está retomada pela própria Simacoop. A cooperativa está recuperando as depredações e a obra está em segurança. O Sr. Gilson alegou que os danos causados na obra foram avaliados e feita uma listagem das propostas de recuperação dos mesmos pela própria cooperativa. Afirmou que o prazo para entrega seria de 6 a 7 meses. Aduziu que as alvenarias são feitas com blocos de cerâmica de uma empresa grande de Porto Alegre. Quando a CEF notou a mudança no projeto, solicitou a avaliação de especialistas, que a aprovaram.

Já com relação ao atraso da obra, o Sr. Adílson informou que a cooperativa alegou que houve problemas técnicos e financeiros, e que o engenheiro responsável fora



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL



substituído. Ainda, afirmou que já haviam moradores nos condomínios B e C. Outrossim, informou que a prefeitura colocará um fiscal à disposição para a retomada da obra, bem como um especialista em alvenaria, contratado pela cooperativa.

Afirmaram que até aquele momento a cooperativa havia recebido 30 % do valor total do empreendimento, e que o ônus financeiro será suportado por ela. Afirmou que há inadimplimentos (cerca de 80 unidades). O Sr. Adílson e o Sr. Gílson se comprometeram em entregar o novo cronograma econômico-financeiro.

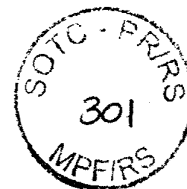
No que respeita ao programa “carta de crédito”, o Sr. Adílson informou que há uma série de flexibilizações. A cooperativa apresenta o projeto, um projeto social e um cadastro das famílias que precisam de imóveis. Os condomínios tiveram o RAE final emitidos em outubro de 2008 e novembro de 2008 respectivamente. O RAE é elaborado por engenheiros e arquitetos, e, na escolha do especialista responsável pelo monitoramento, a CEF exige um com reconhecimento no mercado. Quanto à estação de esgoto, haveria a necessidade de complementação, tendo em vista que está funcionando parcialmente. Ainda, os condomínios A e B não foram calçados, estando previsto no projeto a construção de ruas de saibro. Juntou-se documentos (fls. 169-236).

Após a reunião, expediu-se ofício à CEF, a fim de solicitar que encaminhasse cópia do Cronograma físico-financeiro do empreendimento analisado, bem como cópia do levantamento das depredações elaborado pela entidade organizadora (fl.239). A CEF encaminhou cópias do cronograma solicitado e a relação das depredações ocorridas no empreendimento em questão (fls.258-263).

Expediu-se ofício à Câmara Municipal de Eldorado do Sul para que encaminhasse cópias das atas de audiências públicas de 10 de junho e 29 de junho de 2010 (fl. 241). A Câmara enviou os documentos solicitados (fls. 245-256).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL



Em resposta ao ofício nº 903, de 12 de fevereiro de 2010, encaminhado pela PRDC desta Procuradoria da República, a Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Novo Hamburgo encaminhou o Relatório de Fiscalização na empresa SIMACOOOP Sistema Multiplicador de Habitação Cooperativa, onde, entre outros fatos, fora constatado que no local em que estaria funcionando a SIMACOOOP não há nenhuma obra, nenhuma indicação de que estivesse funcionando a cooperativa em questão (fls. 265-9).

Assim, considerando o processado até o momento, bem como a distribuição, por dependência ao presente Inquérito, das Peças Informativas nº 1775/2010 – por possuírem mesmo objeto - e a solicitação de reunião realizada pelo representante, Sr. Domingos Sávio Salvador, faz-se necessário a tomada de algumas providências nos presentes autos.

Primeiramente, cumpre salientar que o presente inquérito, que tramita junto ao 10º Ofício Cível do Núcleo do Patrimônio Público e Social da PR/RS, cinge-se a **apurar eventual prejuízo patrimonial sofrido pela Caixa Econômica Federal decorrente de possíveis irregularidades na construção do Conjunto Habitacional Delta do Jacuí, em Eldorado do Sul**. Nesse sentido, este é o seu objeto, sendo que as questões que não dizem respeito a ele, foram apuradas no Núcleo do Consumidor e da Ordem Econômica, mediante as Peças Informativas nº 568/2010 (já arquivadas – cópia da decisão em anexo).

No que tange ao novo expediente apensado (encaminhado pela PRM-NH solicitando apuração da regularidade das obras realizadas no Condomínio Delta do Jacuí), verifico que, no que diz respeito à regularidade do funcionamento da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), a matéria, *salvo melhor juízo*, deverá ser acompanhada pelo Ministério Público Estadual em razão de não haver bem federal atingido pela referida estação, não ser ela operada por ente federal e, ainda, não sendo o financiamento da Caixa Econômica Federal elemento suficiente para caracterizar a atuação do Ministério Público Federal no âmbito do Núcleo do Patrimônio Público e Social, visto se tratar de questão que diz respeito a medidas sanitárias. Nesse sentido, inclusive, manifestação proferida pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

NMAPH nos autos das Peças Informativas nº 1166/2009, cuja remessa ao MPE já fora homologada pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (cópia da decisão em anexo).

É caso, então, de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. No entanto, tendo em vista que o Núcleo do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico desta Procuradoria da República poderá ter entendimento diverso do aqui apresentado (no que diz respeito às medidas sanitárias decorrentes da construção da ETE), determino o encaminhamento deste despacho e dos presentes autos ao NMAPH para que o Procurador da República responsável tome as providências que entender cabíveis no que tange a questão relativa à necessidade de construção e correto funcionamento da ETE do Condomínio Delta do Jacuí.

Ainda, face a existência de diligências pendentes no âmbito do objeto apurado neste 10º Ofício Cível, determino a prorrogação do prazo para a conclusão do presente Inquérito Civil Público por mais 1 (um) ano, com fundamento no art. 15, *caput*, da Resolução nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, com redação dada pela Resolução nº 106/2010, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com cópia do presente despacho. Após cumpridas as diligências, voltem os autos conclusos para análise.

Porto Alegre, RS, 26 de abril de 2011.


CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS

Procuradora da República

Em substituição